

**10ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa
18 de junho de 2024**

Ata da DucentésimaPrimeiraSessão Ordinária

Às quinze horas do dia dezoitodo mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Amélio Cayres, secretariado pelo Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, Primeiro-Secretário e pela Senhora Deputada Professora JanadValcari, Segunda-Secretária.Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores DeputadosCleiton Cardoso,Eduardo do Dertins,EduardoMantoan, Gipão, Gutierres Torquato, Jair Farias, Jorge Frederico, Luciano Oliveira, Marcus Marcelo, Moisemar Marinho, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira,Wiston Gomese das Senhoras Deputadas Claudia Lelis, Professora JanadValcari e Vanda Monteiro.Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo Fortes, Fabion Gomes, Ivory de Lira, Léo Barbosa e Nilton Franco.Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente,nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões



anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foi lido e despachado o Expediente: C.I. número 70/2024, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, informando que se ausentará do País, no período de 20 de junho a 3 de julho do corrente ano, em Missão oficial, por motivo de participação na Delegação Oficial do Tocantins no Oslo Tropical Forest Fórum, na Noruega. Logo após, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação, o Requerimento que recebeu o número 581, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, Líder do Bloco Republicanos e da Senhora Deputada Vanda Monteiro, Líder do Bloco União Brasil, que requer a dispensa de interstícios e formalidades regimentais, nos termos dos arts. 72 e 133, para inclusão na Ordem do Dia da presente Sessão, bem como a convocação de Sessão Extraordinária para discussão e votação, das matérias: Medida Provisória número 9/2024, Projeto de Lei Complementar número 1/2024, Projeto de Lei número 2/2024, de autoria do Executivo; Projetos de Leis números 1/2024 e 2/2024, de autoria do Tribunal de Justiça, Projetos de Lei números 305/2023, 312/2023, 366/2023, 586/2023, 591/2023 e Projeto de Resolução número 18/2024, de autoria desta Casa, o qual foi aprovado. **Na Apresentação de Matérias, foram entregues Projetos de Lei que receberam os números 810/2024, de autoria da Senhora Deputada Professora JanadValcari; 811/2024, de autoria**

do Senhor Deputado Moisemar Marinho; 812/2024, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto; e os Requerimentos que receberam os números 580 a 597. Logo após, foi aprovada a urgência do Requerimento que recebeu o número 580, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior. Em seguida, o Senhor Presidente determinou que se fizesse a Verificação de Quórum. Estavam presentes os Senhores Deputados Valdemar Júnior, Gipão, Eduardo Mantoan, Cleiton Cardoso, Gutierrez Torquato, Wiston Gomes, Professor Júnior Geo, Olyntho Neto, Luciano Oliveira, Jair Farias, Vilmar de Oliveira, Jorge Frederico, Eduardo do Dertins, Amélio Cayres, Marcus Marcelo, Moisemar Marinho e as Senhoras Deputadas Claudia Lelis, Professora JanadValcari e Vanda Monteiro. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 9/2024, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 2.578, de 20 de abril de 2012, a Lei número 2.575, de 20 de abril de 2012, e a Lei número 2.665, de 18 de dezembro de 2012, e adota outras providências”, a qual votada, foi aprovada. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Lei número 4.434, de 18 de junho de 2024, e foi encaminhado à Secretaria para comunicar à Autoridade competente. Foi anunciado, em primeira fase de

discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 1/2024, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Tabela II, do Anexo II, da Lei Complementar número 20, de 17 de junho de 1999, que dispõe sobre a organização e o funcionamento da Procuradoria-Geral do Estado”, o qual votado, nominalmente, com dezesseis votos sim, perfazendo um total de dezesseis votantes, foi aprovado e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: **2/2024**, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “institui o Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Estado do Tocantins-Fedipi/TO, e adota outras providências”; **305/2023**, de autoria do Senhor Deputado Moisemar Marinho, que “dispõe sobre a obrigatoriedade do nome do Deputado autor do projeto passe a constar na Lei, após sancionado e promulgada”; **312/2023**, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco, em que “fica denominado Posto Fiscal WeligtonLuisPauletti, o Posto Fiscal Duas Cabeceiras, no Município de Araguaçu-TO”; **366/2023**, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan, que “denomina Rodovia Íris Rezende Machado, o trecho da TO-280, que especifica”; **586/2023**, de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres, que “cria a Escola Estadual Indígena Itot”; **591/2023**, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “institui como

evento no Calendário Cultural do Estado do Tocantins, a Feira de Negócios da Região Sul de Palmas –Fenesulp”; 1/2024, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, que “dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos servidores do Quadro de Cargos Efetivos e do Quadro de Cargos de Provisão em Comissão do Poder Judiciário do Estado do Tocantins”; e 2/2024, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, que “altera as Leis números 2.409, de 16 de novembro de 2010, e 954, de 3 de março de 1998; e 3.408, de 28 de dezembro de 2018”, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Resolução número 18/2024, de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres, que “denomina a Sala de Imprensa Otávio Barros, no âmbito da Assembleia Legislativa e dá outras providências”, o qual votado, foi aprovado e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. **Foram anunciados, em segunda fase de discussão, os Projetos de Lei números:** 93/2023, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Municipal dos Idosos de Palmas, com sede no Município de Palmas-TO”; 105/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora JanadValcari, que “dispõe sobre a criação de política de atendimento psicológico a vítimas e familiares em

ciclos de violência doméstica”; 110/2024, de autoria da Senhora Deputada Professora JanadValcari, que “institui a Política Estadual de acompanhamento pré-natal e pós-parto no caso de gestante com Transtorno do Espectro Autista – TEA no Estado do Tocantins”; 144/2023, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “dispõe sobre a prática de Equoterapia como opção de Saúde Terapêutica, no âmbito do Estado do Tocantins”; 197/2023, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “concede o Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Marcelo Alessandro Honorato de Souza”; 216/2023, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco, que “institui a Política Estadual de “Segurança nas Escolas”, no âmbito do Estado do Tocantins”; 254/2023, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Fortes, que “institui a Semana Estadual de Prevenção de Afogamentos”; 266/2023, de autoria do Senhor Deputado Gipão, que “dispõe sobre a fixação de painéis de campanhas antidrogas nas Escolas Públicas do Tocantins”; 275/2023, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “institui o Concurso Tocantinense de Quadrilhas Juninas como evento do Calendário Cultural do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 334/2023, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan, que “institui o Calendário de Produção da Agricultura Familiar no Estado do Tocantins”; 335/2023, de autoria do Senhor Deputado Fabion



Gomes, que “declara a Cidade de Tocantinópolis como a ‘Capital do Esporte’, no Estado do Tocantins”; 359/2023, com apensamento do Projeto de Lei número 651/2024, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Fortes e coautoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “institui a realização de Campanha de Conscientização dos malefícios dos cigarros eletrônicos nas escolas públicas e privadas do Estado do Tocantins”; 360/2023, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “dispõe sobre a criação da Central de Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais – Libras e Guias-Intérpretes para Surdocegos, no âmbito do Estado do Tocantins”; 368/2023, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “dispõe sobre medidas de conscientização a respeito da importância de doação de órgãos e tecidos para transplante nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio no Estado do Tocantins”; 382/2023, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “institui diretrizes para detecção precoce da deficiência auditiva infantil”; 387/2023, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “cria o Observatório Estadual de Combate à Fome no Estado do Tocantins”; 399/2023, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “dispõe sobre a gratuidade de inscrição em concursos públicos a candidatos com deficiência no âmbito do Estado do Tocantins”; 407/2023, de autoria do Senhor Deputado Wiston Gomes, que “altera a Lei

número 2001, de 17 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a concessão da gratuidade dos transportes rodoviário e aquaviário intermunicipal de passageiros do Estado do Tocantins a idosos e adota outras providências”; 420/2023, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “concede Título de Cidadã Tocantinense a Cinthia Ribeiro”; 423/2023, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco, que “institui a Semana Estadual de Conscientização e Prevenção ao Câncer, no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 444/2024, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira, que “institui a Política Estadual de Combate à Obesidade Infantil no Estado do Tocantins”; 449/2023, de autoria do Senhor Deputado Wiston Gomes, que “institui a Política Estadual Escola Amiga do Agro”; 452/2023, de autoria do Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, que “institui a Semana Estadual de Trânsito no âmbito do Estado do Tocantins”; 460/2023, com apensamento do Projeto de Lei número 565/2023, de autoria e coautoria da Senhora Deputada Professora JanadValcari, que “altera a Lei número 3.523, de 31 de julho de 2017, que declara patrimônio cultural e gastronômico do Estado do Tocantins as comidas típicas que especifica”; 464/2023, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “institui a Política Estadual de Implementação de Estratégias para a Saúde Mental nas instituições de ensino público e privado, no âmbito do

Estado do Tocantins”; 470/2023, de autoria do Senhor Deputado Luciano Oliveira, que “dispõe sobre o atendimento preferencial para doadores de sangue e doadores de medula óssea no Estado do Tocantins”; 487/2023, de autoria do Senhor Deputado Fabion Gomes, que “institui o Dia Estadual do Católico, no Estado do Tocantins”; 525/2023, de autoria do Senhor Deputado Wiston Gomes, que “inclui no Calendário Cultural do Estado do Tocantins, o Enduro de Araguatins”; 530/2023, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “altera a Lei número 3.720, de 8 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a extinção de créditos tributários mediante dação em pagamento, altera a Lei número 2.410, de 17 de novembro de 2010, e adota outras providências”; 558/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora JanadValcari, que “declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Melquisedequec de Pesquisa e Promoção de Cidadania, no Município de Palmas-TO”; 592/2023, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação das “Mulheres Vividas” de Bom Jesus do Tocantins, no Município de Bom Jesus do Tocantins-TO”; 668/2024, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Mini e Pequenos Produtores da Serra da Lopa”; 684/2024, de autoria do Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, que “declara de Utilidade

Pública Estadual a Associação dos Agricultores Familiares e Agroindustriais de Palmas-Agrop”; 725/2024, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “altera a Lei número 4.240, de 1º de novembro de 2023, que dispõe sobre custas judiciais e adota outras providências”; e 761/2024, de autoria da Senhora Deputada Professora JanadValcari, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação da Terceira Idade, Aposentados e Pensionistas da Região de Palmas-TO- Atia”; os quais votados, foram aprovados e encaminhados **à Secretaria para extração de autógrafo**. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação os Requerimentos números: 549, 550, 551, 552, 553, 554, 533, 570, 578, 562, 535, 536, 537, 538, 542, 543, 555, 556, 557, 534, 566, 515, 477, 478, 507, 521, 522, 509, 510, 523, 524, 530, 544, 545, 546, 547, 548, 516, 506, 472, 511, 526, 527, 528, 529, 539, 540, 541e 567, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar.No horário destinado às Discussões Parlamentares, usou a tribuna o Senhor Deputado Eduardo Mantoan. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezoito horas e seis minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.



1º Secretário

Presidente

2º Secretário